33



Senhor Presidente Senhores Vereadores Projeto de Lei n.º 15/8/ Documento n.º 944/8/

O deficiente físico tem recebido atenção especial das instituições e órgãos da administração direta ou indireta, dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais , nesta última década.

Prova maior dessa política altamente 'humanitária foi a destinação, pela Organização das Nações Unidas, do ano de 1981 como sendo o "Ano Internacional das Pessoas Deficientes".

Até que se chegasse a um consenso geral de que os deficientes físicos necessitam de atenção especial para poderem, como pessoas livres, exercer com segurança o seu papel na vida da comunidade de que fazem parte, percorreu-se um longo caminho de muitos percalços.

Felizmente, hoje em dia ja se reconhece a extraordinária potencialidade de que dispõem as pessoas deficientes e ja se decide por utiliza-la.

A malformidade física não impede o indivíduo de pensar, de trabalhar, de desempenhar funções que exijam tão somente esforço intelectual.

Em países desenvolvidos da Europa, a capacidade operacional dos deficientes físicos há muito vem sendo direcionada, levando-se em conta as características peculiares a cada indivíduo e sua vocação. Assim, em laboratórios de análises' clínicas, em escritórios, em empresas que operam com computadores eletrônicos, os deficientes motores e os deficientes auditivos 'têm se adaptado com grande sucesso, ao trabalho, pois verificou-se que é grande o seu poder de concentração.

A escalada rumo a esse grau de valorização da capacidade de trabalho das pessoas deficientes, naturalmente teve início com o alerta das autoridades para os problemas enfrentados até então por essas pessoas, homens e mulheres impedi dos de se tornarem úteis à coletividade.

Começou-se por dar a essas pessoas,ele mentos indispensaveis à sua mais correta adaptação ao convívio so cial. Estudou-se quais as mais indicadas soluções para o grave 'problema de locomoção enfrentado pelas pessoas que necessitam do uso de cadeiras-de-rodas. Passou-se a considerar mais detidamente a impossibilidade quase que absoluta desses deficientes físicos transporem um obstáculo insignificante para nos, pessoas normais, como o desnível entre o leito de uma rua e o meio-fio, mas para eles, praticamente intransponível sem o auxílio de terceiros.

A partir daí, foi dado o primeiro passo. A seguir, naturalmente, como consequências, sobrevieram maio res benefícios visando ao bem-estar e a comodidade das pessoas ' portadoras de deficiências físicas.

E preciso que se de o primeiro passo 'em favor desses nossos semelhantes, até agora marginalizados de uma vida de atividades normais por toda a indiferença de uma infra-estrutura planejada única e exclusivamente para as pessoas 'não deficientes.

O projeto de lei que desejamos apresentar à consideração dos nobres Pares objetiva dar esse primeiro 'passo a que nos referimos, em favor da consideravel parcela da população de nossa cidade que, por uma contingência alheia à sua vontade, não participa efetivamente do convívio social em todos os seus níveis de atividade.

Esperando obter de todos a melhor acolhida, e considerando a amplitude da questão, submeto a aprecia ção do E. Plenário o seguinte: PROJETO DE LEI Nº DOCUMENTO Nº

Artigo 1º - Nas novas edificações e nas edificações ampliadas ou reformadas destinadas a quaisquer dos usos relacionados no Quadro I, anexo a esta lei, são obrigatórios sistemas de construção que possibilitem aos deficientes físicos, por seus proprios meios, vencerem o eventual desnível entre o logradouro ou a área externa e o andar correspondente ao da soleira de ingresso do prédio.

Artigo 2º - Quando os terrenos tiverem acentuado desnível em rela ção ao logradouro público lindeiro, os sistemas de' construção exigidos no artigo 1º poderão dar acesso à edificação! em qualquer pavimento.

Artigo 3º - Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA MARTIM AFONSO DE SOUZA Em 28 de maio de 1981

ARQUIVADO EM 10 100 181

a) GERALDO VOLPE